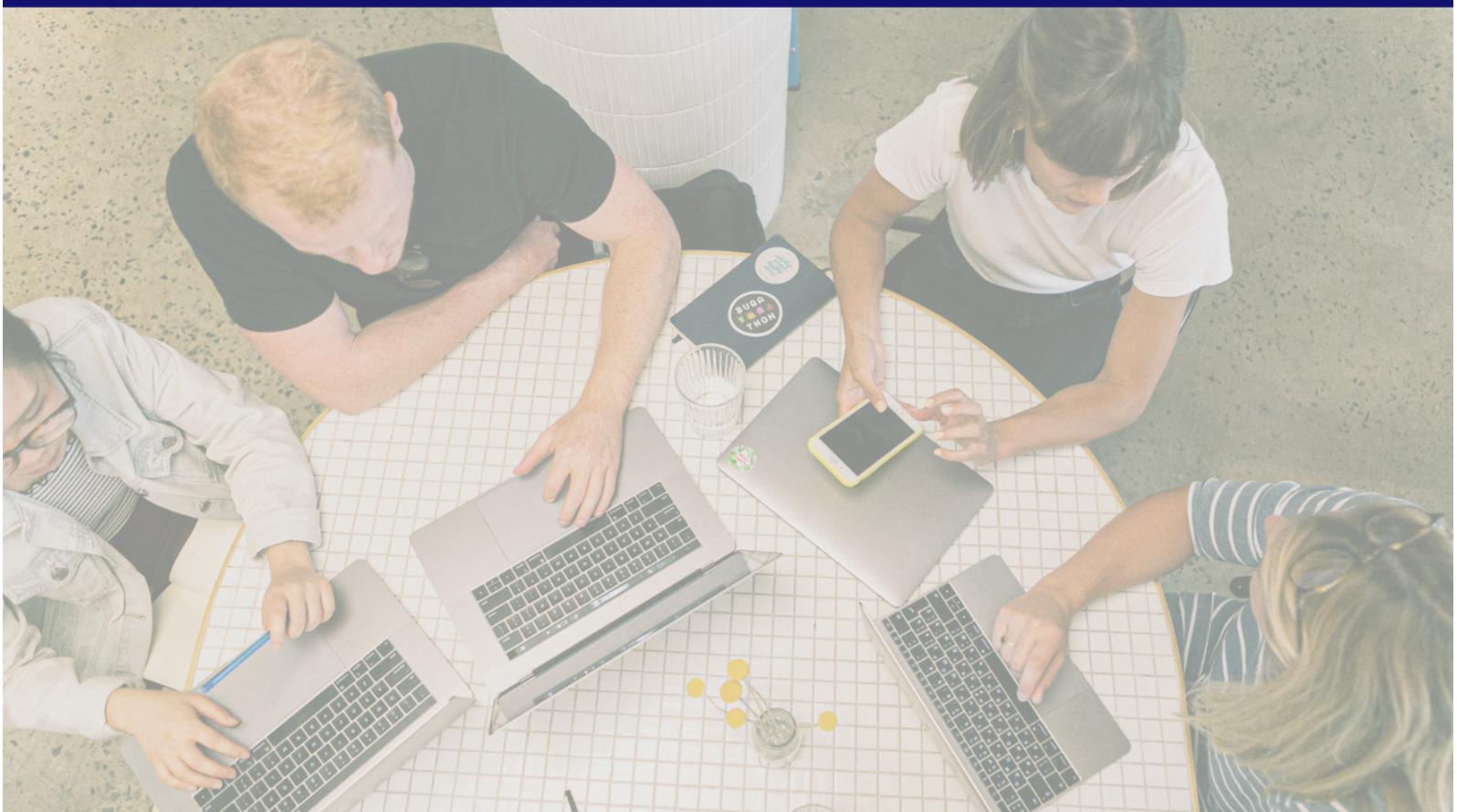




UNifeob
| ESCOLA DE NEGÓCIOS

2023

PROJETO INTEGRADO



UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
SÍTIO SANTA RITA

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO 2023

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL
RISCOS E OPORTUNIDADES NO AGRONEGÓCIO
SÍTIO SANTA RITA

MÓDULO DE TÓPICOS ESPECIAIS

Contabilidade Pública – Prof. Paulo César Montanheiro

Gestão de Investimentos e Riscos – Prof. Luiz Fernando Pancine

Tecnologia da Informação e Business Intelligence – Prof^a. Mariângela M. Santos

Tópicos Especiais em Ciências Contábeis – Prof. Antonio Donizeti Fortes

Projeto de Tópicos Especiais – Prof^a. Ana Carolina Maldonado Matos

Estudantes:

Kaua Enrique Oliveira Justino, RA 20001252

Matheus do Amaral Roque, RA 20000087

Pedro Paulo Felisberto da Silva, RA 22000984

Rodrigo César da Silva, RA 20000168

Vinícius Fenólio Tonhão, RA 21000577

Wender Zampalin Ferreira, RA 20000089

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP
NOVEMBRO 2023

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	4
2	DESCRIÇÃO DA EMPRESA	5
3	PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL	6
3.1	TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS	7
3.1.1	CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO	7
3.1.2	MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO	9
3.2	GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	12
3.2.1	TIPOS DE RISCOS	13
3.2.2	MATRIZ DE RISCO	21
3.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE	24
3.3.1	DASHBOARD	24
3.3.2	ANALISANDO O DASHBOARD	25
3.4	CONTABILIDADE PÚBLICA	26
3.4.1	CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).	26
3.4.2	MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA	32
3.4.3	REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA	34
3.5	CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE	38
3.5.1	LIDERANDO NA ATUALIDADE	38
3.5.2	ESTUDANTES NA PRÁTICA	39
4	CONCLUSÃO	40
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

Com a estimativa de corresponder a 24,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada - CEPEA Esalq/USP, o agronegócio figura entre as principais atividades econômicas do país, desempenhando um papel crucial no sustento da família brasileira e no fornecimento de alimentos para diversos países ao redor do mundo. Com tamanha relevância para nossa realidade e sendo um assunto em alta no mundo contábil, foi decidido que o tema para o projeto de extensão do módulo de Tópicos Especiais no curso de Ciências Contábeis é “Riscos e Oportunidades no Agronegócio”.

Para desenvolver essa missão, o semestre letivo proporcionou a comunicação entre estudantes, professores e o gestor da empresa selecionada para o levantamento, verificação e sugestões de melhorias, tendo por objetivo auxiliar uma entidade de nossa comunidade e promover a evolução dos estudantes na área.

Assim sendo, para compreender melhor o que envolve o agronegócio, recorreremos à definição de Juliana Bezerra, apresentada no site Toda Matéria, o agronegócio consiste no "conjunto de atividades agrícolas e industriais desde o campo até o consumidor final."

Embora muitas pessoas apenas vejam o produto final nas prateleiras dos supermercados, são diversas as etapas e processos que um produto atravessa antes de chegar ao consumidor, trazendo consigo diversos riscos. Para que uma empresa se mantenha competitiva no mercado, é fundamental que ela esteja atenta aos riscos negativos, como condições climáticas adversas, infestações de pragas e desafios logísticos, buscando formas de superar essas adversidades.

Da mesma forma que problemas podem surgir e afetar toda uma safra ou técnicas de zootecnia, também existem oportunidades que podem potencializar os ganhos de uma entidade no mercado, aumentando tanto a demanda quanto o lucro.

Baseado em todas essas informações e no conhecimento que será adquirido ao longo deste módulo, esperamos contribuir para o crescimento e conhecimento dessas variáveis inerentes ao negócio do Sítio Santa Rita, empresa escolhida para a realização do projeto.

2 DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A empresa escolhida para a realização do Projeto de Consultoria Empresarial foi o sítio Santa Rita, localizado no município de São José do Rio Pardo - São Paulo - CEP. 13.720.000.

O sítio foi adquirido no dia 25/03/1993 pelo casal de agricultores Marcos da Silva e Luciana do Carmo da Silva, que após a sua aquisição, mudaram-se para o mesmo e deram início ao desenvolvimento das atividades rurais.

Atualmente, a propriedade conta com uma área de aproximadamente 24 alqueires de terra (equivalente a 580.800 m²). Em relação à área total do sítio, pode-se fazer a seguinte divisão: 60,0% é destinado à agricultura, 25,0% para pastagem e 15,0% é a parte reservada para a preservação de matas.

A principal cultura de planta presente no sítio é a cebola, que predomina do mês de fevereiro até o mês de setembro, sendo esse período do seu plantio até a sua colheita. Além da cebola, também são cultivadas plantações de milho entre o mês de outubro e janeiro. Ademais, durante o ano é realizado o cultivo da beterraba, que diferentemente da cebola e do milho não sofre com períodos de sazonalidade.

A grande parte dos serviços são realizados de forma mecanizada com tratores, implementos agrícolas e pivôs de irrigação. Porém, ainda há a presença de atividades manuais, principalmente no momento da colheita da cebola e da beterraba, onde é necessário a contratação de mão de obra.

3 PROJETO DE CONSULTORIA EMPRESARIAL

Na unidade de estudo de Tópicos Especiais em Ciências Contábeis, lecionada pelo professor Antônio Donizeti Fortes, foram abordados os temas relacionados à contabilidade rural, ao agronegócio e aos mercados financeiros agropecuários. Diante dos conteúdos expostos em aula, tivemos a oportunidade de compreender a representatividade das atividades rurais para o desenvolvimento socioeconômico da região em que a empresa escolhida presta as suas atividades. Além do mais, com os conhecimentos adquiridos na unidade, pudemos aprender como é feita a contabilidade do setor rural, e qual é a importância da mesma ser realizada corretamente para os empresários conseguirem terem maiores lucros.

A unidade de estudo Gestão de Investimento e Risco, lecionada pelo professor Luiz Fernando Pancine, é essencial para capacitar as pessoas e empresas a tomar decisões estratégicas assertivas, a gerenciar ativos com eficácia, a proteger contra perdas financeiras, no auxílio do monitoramento e controle de riscos e no alcance de objetivos a longo prazo. Ela inclui conceitos como avaliação de risco e retorno, diversificação de portfólio, análise de perfis de investidores e gestão de riscos empresariais, promovendo estabilidade financeira e adaptabilidade em diferentes condições econômicas.

Ministrada pela professora Mariângela Martimbianco Santos, a unidade de estudo de Tecnologia da Informação e Business Intelligence (BI), abordou-se a importância de contar com visualizações claras e objetivas dos dados da empresa para direcionamento dos próximos passos ou investimentos. Mas, antes de chegarmos finalmente na análise dos gráficos, indicadores e tabelas, foi preciso realizar o tratamento dos dados, normalmente armazenados em um banco de dados, para termos certeza que o indicador não foi criado de forma errônea assim impactando nas decisões táticas, estratégicas e operacionais da empresa.

Na unidade de estudo de Contabilidade Pública, lecionada pelo professor Paulo César Montanheiro, os temas principais abordados foram as peças de planejamento orçamentários referentes ao ente público. Com o estudo e análise do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) pudemos entender o funcionamento das etapas orçamentárias dos órgãos públicos, excepcionalmente a de um município. Ademais, com os conhecimentos abrangidos na matéria, compreendemos como é feita a contabilidade do setor público, e qual é a importância de ser

realizada corretamente e com seriedade, para se ter um orçamento fidedigno com as necessidades da população e com a realidade municipal.

3.1 TÓPICOS ESPECIAIS EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

A contabilidade desempenha um papel crucial no agronegócio, pois oferece uma visão detalhada das atividades financeiras e operacionais. Ela auxilia na gestão de custos, planejamento tributário, avaliação de investimentos e monitoramento do desempenho econômico. Os benefícios incluem: melhor gestão financeira, identificação de áreas de melhoria, otimização de recursos e conformidade com regulamentações. Além disso, a contabilidade pode fornecer insights para aprimorar a produtividade e sustentabilidade das atividades agrícolas. A divulgação dos resultados contábeis no agronegócio proporciona transparência aos stakeholders, facilita a obtenção de crédito, fortalece a tomada de decisões e contribui para confiança dos investidores e parceiros.

3.1.1 CONTABILIDADE NO AGRONEGÓCIO

A contabilidade no agronegócio, também conhecida como contabilidade rural, é uma das grandes áreas de especialização disponíveis para formandos em Ciências Contábeis. Esse campo em particular apresenta diferenças significativas em relação à contabilidade empresarial, principalmente devido à natureza única das atividades envolvidas.

Enquanto a contabilidade industrial se concentra principalmente na aquisição, produção, venda e rentabilidade de bens e serviços, a contabilidade no agronegócio precisa lidar com elementos específicos, como ativos biológicos, ciclos de produção longos e flutuações nos preços das commodities.

Com base no exposto, algumas das principais particularidades contábeis do agronegócio precisam ser definidas:

- **Avaliação de Ativos Biológicos:** no agronegócio, ativos biológicos, como plantações, gado, aves e árvores, desempenham um papel fundamental. A contabilidade deve lidar com a avaliação desses ativos ao longo do tempo, levando em consideração fatores como crescimento e maturação. Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 29, uma entidade apenas reconhecerá um ativo biológico quando tiver controle sobre ele como resultado de eventos passados, tiver a expectativa de benefícios econômicos futuros e puder mensurar confiavelmente seu valor justo ou o custo do ativo.

- **Produtos Agrícolas:** são produtos derivados principalmente da agricultura e da pecuária e que ainda não passaram pelo processo de industrialização. São provenientes do ativo biológico.
- **Plantas Portadoras:** são utilizadas na produção e no fornecimento de produtos agrícolas, sendo cultivadas para produzir frutos por mais de um período. Além do mais, têm uma probabilidade remota de ser vendida como produto agrícola.
- **Ciclos de Produção:** as atividades agrícolas seguem ciclos de produção específicos, que podem durar meses ou anos. Isso exige um planejamento contábil cuidadoso para alocar custos e receitas ao longo desses ciclos. Os custos associados à preparação do solo, plantio, manutenção e colheita devem ser registrados adequadamente para refletir a verdadeira lucratividade da safra.
- **Variação de Preços:** os preços das commodities agrícolas podem variar significativamente de ano para ano devido a fatores como condições climáticas, demanda de mercado e políticas governamentais.
- **Armazenamento e Logística:** para um negócio focado na produção, a gestão de estoques de produtos agrícolas é essencial para evitar perdas, uma vez que esses produtos podem perecer rapidamente. Portanto, é responsabilidade da contabilidade lidar com essas questões, garantindo o armazenamento adequado e a entrega ao consumidor final.
- **Responsabilidade Ambiental:** Dado o contato direto com o solo, a sustentabilidade é uma preocupação importante no agronegócio. A adoção de práticas agrícolas ambientalmente responsáveis requer a contabilização de investimentos em tecnologias e práticas sustentáveis.

Com essas informações apresentadas, fica evidente a importância de um planejamento contábil e logístico sólido no Sítio Santa Rita. Como a entidade lida com produtos sazonais e não sazonais, é essencial garantir que um não prejudique o armazenamento adequado do outro, evitando perdas indesejadas.

O fluxo de caixa também merece atenção, uma vez que o principal cultivo do sítio (no caso é a cultura da cebola) leva meses, desde o plantio até a colheita, tornando-se um ativo de baixa liquidez. Logo é necessário distribuir as dívidas do sítio em datas coincidentes com as vendas da cebola ou adiantar recebimentos para evitar inadimplência para com fornecedores ou instituições bancárias em certos casos.

Por fim, a classificação correta dos produtos agrícolas também deve ser uma preocupação para os gestores, pois superestimar ou subestimar o valor das plantações pode prejudicar significativamente o planejamento e levar a dificuldades financeiras.

Dessa forma, fica clara a importância do contador para o agronegócio, ainda que a gestão do empresário neste setor possa ser eficiente.

3.1.2 MERCADOS FINANCEIROS NO AGRONEGÓCIO

Como já mencionado anteriormente, a principal cultura cultivada no sítio Santa Rita é a cebola, sendo essa a responsável pela maior fonte de renda do casal de proprietários ao longo dos últimos anos. Diante dessa situação, o grupo buscou entender melhor como é o mercado dessa planta, além de direcionar o projeto para ela.

A importância da cultura da cebola para o agronegócio brasileiro:

A cebola é considerada a terceira hortaliça em importância econômica no Brasil, ficando atrás apenas do tomate e da batata. Conforme dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2020 o seu cultivo apresentou uma produção com cerca de 1,5 milhão de toneladas e valor bruto estimado em 2,5 bilhões de reais.

Ainda em concordância com dados do IBGE de 2020, a principal região produtora está no Sul, que concentra mais de 50,0% da produção nacional (sendo que somente o Estado de Santa Catarina contou com produção de 420 mil toneladas). Pode-se destacar também a região Nordeste como grande produtora (em especial o Estado da Bahia que obteve uma produção de 224,8 mil toneladas) e a região Sudeste (principalmente o Estado de Minas Gerais onde a produção foi de 180,90 mil toneladas).

Além do mais, segundo dados do IBGE (2020), aproximadamente 70,0% da cebolicultura brasileira é proveniente de mão de obra familiar, com a contratação de trabalhadores eventuais para o plantio e colheita, em áreas de até dez hectares (100.000 mil metros quadrados).

Assim como as demais hortaliças cultivadas em território brasileiro, o período entre os meses de março e novembro concentra a maior parte da produção de cebola nas principais regiões produtoras. Esse fato se justifica, pois as temperaturas são menores, principalmente as noturnas, e a ausência de períodos longos de chuva facilitam o manejo da cultura, sendo mais fácil o controle de doenças, proporcionando a produção de cebolas de melhor qualidade.

Portanto, ao fazer a plantação nos meses de março e abril o crescimento ocorre sob condições adequadas de temperatura em um período de encurtamento de fotoperíodo (duração do dia em relação a noite), mas ainda suficientemente longo para o crescimento

rápido das plantas. A partir do final de junho, o fotoperíodo e a temperatura voltam a crescer, beneficiando o amadurecimento das plantações para a colheita.

A partir dos anos de 1980 o agronegócio da cebola apresentou expressivo crescimento, pois fatos sociais, como mudanças de hábitos alimentares da população mundial em busca de melhor qualidade de vida (incluindo uma dieta mais saudável) contribuíram de forma significativa para a promoção de um marketing positivo para a hortaliça.

Dessa forma, a divulgação, por meios de comunicação de massa, dos resultados de pesquisas sobre propriedades medicinais da cebola na prevenção de doenças, na longevidade de vida e preservação da saúde, promoveu o aumento do seu consumo por se tratar de um dos principais integrantes do grupo alimentar mais saudável (fazendo parte dos alimentos funcionais, com substâncias que auxiliam na prevenção de doenças do coração, diabetes, câncer e melhoram o sistema imunológico, conforme explicado pela nutricionista Soraia Batista). Portanto, ao impulsionar a demanda, naturalmente o deslocamento da oferta foi induzido, promovendo, assim, a alavancagem no mercado de cebola.

O mercado da cebola é muito complexo e exige uma absoluta organização do setor para que os riscos sejam minimizados, sendo que a parte mais importante desse mercado são os próprios produtores rurais e toda a cadeia de compradores e fornecedores de insumos. Portanto, os produtores devem encarar cada vez mais a cebolicultura como uma cultura que exige tomada de decisões estratégicas baseadas nos cenários nacionais e internacionais, onde somente é possível produzir quantidade e qualidade com uma gestão programada e dedicada, como por exemplo, quando possível: compra antecipada de sementes, fertilizantes, e outros itens indispensáveis para o bom sucesso da lavoura.

Aplicação dos conceitos de contabilidade rural no sítio Santa Rita:

Após os estudos sobre os temas envolvendo contabilidade rural e o entendimento do ciclo de produção e mercado da cebola, resolvemos entender melhor como esses conceitos devem ser aplicados no sítio Santa Rita.

Concluimos que a cebola não é uma planta portadora, pois se trata de uma cultura de alguns meses. Outrossim, a mesma deve ser mensurada pelo seu valor justo menos a despesa de venda, como é determinado pelo CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, a fim de capturar e evidenciar as mudanças econômicas desses ativos.

Após a colheita da cebola (retirada da mesma da terra), o CPC 16 - Estoques deve ser aplicado para mensurar toda a produção do período, proporcionando ao agricultor ter a dimensão de qual foi o tamanho da sua produção.

Portanto, concluímos que é de extrema importância o agricultor ter o conhecimento de como classificar e mensurar a sua produção corretamente, para que possa controlar o ciclo financeiro de suas atividades (alinhando pagamentos e recebimentos) evitando que tenha problemas de fluxo de caixa. Além do mais, é necessário fazer a classificação correta de custos (como sementes, fertilizantes, agrotóxicos, mão de obra, energia elétrica, entre outros custos de produção) para que se tenha ideia de qual deve ser o faturamento necessário para cobrir os gastos, e mesmo assim ter a sobra de recursos para financiar nova safras.

Imagens de cebola cultivadas no sítio Santa Rita:

Imagem 1: cebolas para serem colhidas.



Imagem 2: cebola roxa.

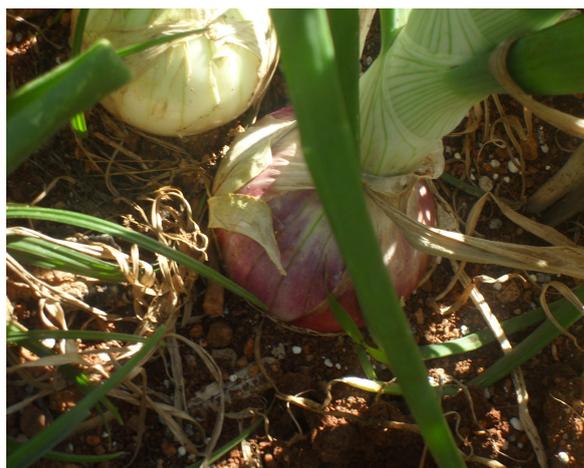


Imagem 3: plantação de cebola.



Imagem 4: carreta carregada com cebola.



3.2 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

De acordo com o site Santander Universidades (2023), “risco financeiro se refere a qualquer atividade comercial que envolva incerteza e, portanto, possa resultar em consequências financeiras negativas para a organização”. Desse modo, o risco é toda situação indesejável e incontrolável que pode ocorrer e afetar os resultados nos investimentos. Para lidar com situações desse tipo, é necessário saber o que é a gestão de risco e como essa ferramenta funciona.

Ainda em conformidade com o site Santander Universidades (2023), podemos definir a gestão de riscos como sendo um conjunto de estratégias que serve para identificar e definir meios de reduzir suas ocorrências e seus efeitos. Portanto, esse gerenciamento envolve um estudo do nível tolerável de riscos. Além do mais, é necessário analisar quais são as situações que os riscos podem ocorrer, para prever a elaboração de um plano que pode servir tanto para evitar o aumento do nível de riscos quanto para diminuir os impactos, caso eles realmente aconteçam.

A gestão de risco não tem a sua origem nos investimentos, pois a mesma normalmente é executada por pessoas jurídicas, em diferentes contextos, onde são avaliadas questões no aspecto financeiro, operacional, estratégico, mercadológico e outros. Com a prática da gestão de riscos as companhias passam a ter mais controle sobre medidas de compliance e alinhamento corporativo, direcionando a forma de agir das mesmas.

Conforme a Analista de Investimentos Gabriela Mosmann (2020), “perda financeira é um acontecimento oriundo de algum imprevisto que por alguma ventura causou um prejuízo para uma determinada pessoa”. Ademais, os motivos da perda de receita financeira podem ter diversas variações, assim como pode afetar finanças pessoais, empresas e investimentos. Para a recuperação da perda financeira, tanto em empresas quanto nas finanças pessoais, é preciso estar preparado para imprevistos, porque pequenas perdas financeiras podem se tornar grandes problemas e difíceis de solucionar.

Quando se pensa em investimentos, a ideia da análise dos riscos não é evitar ou neutralizar totalmente as chances de perdas financeiras, pois esse movimento não é realmente possível, tendo em vista que o risco está presente em qualquer tipo de investimento. Dessa maneira o gerenciamento é feito de modo a planejar a composição do patrimônio e diminuir riscos na medida do possível. Logo, uma maneira de alcançar esse objetivo é garantir que a carteira esteja alinhada em relação às necessidades de segurança de cada investidor.

Conhecer a gestão de risco é essencial para qualquer tipo de investidor, pois a partir dela é possível identificar ameaças financeiras e os impactos que elas podem causar na carteira e no patrimônio. Enfim, o conceito ajuda na escolha dos melhores investimentos conforme as características do investidor (perfil e objetivos, por exemplo).

De acordo com o jornalista Eduardo Mira (2023), da revista Forbes, “não existem aplicações financeiras 100% seguras, por isso é essencial saber gerir as incertezas de modo a aumentar o retorno”. Assim sendo, compreender a gestão de risco contribui para proteger o patrimônio e a tomar decisões adequadas quanto aos ativos e às operações.

3.2.1 TIPOS DE RISCOS

Os principais tipos de risco financeiro são o de mercado, de crédito, operacional e de liquidez.

Risco de Mercado: o risco de mercado se manifesta quando ocorrem perdas no valor e na posição de ativos de uma empresa devido a flutuações no próprio ambiente de negócios. Em outras palavras, esse tipo de risco financeiro está geralmente vinculado a mudanças nos preços ou nos padrões de consumo dos clientes. Esta é, portanto, uma ameaça derivada das incertezas inerentes ao sistema financeiro, com potencial para afetar o desempenho tanto de uma empresa individual quanto de várias outras.

Diversos tipos de riscos de mercado podem ser identificados:

- Risco de câmbio, que surge quando envolvem investimentos sujeitos a variações cambiais. Por isso, é crucial garantir a estabilidade da moeda e evitar a ameaça de depreciação.
- Risco de taxa de juros, relacionado ao aumento ou queda nas taxas de juros.
- Risco de mercado, referindo-se à variação no valor de ações, títulos, e outros ativos.

Quando pensamos no sítio Santa Rita, podemos identificar a forma como o risco de mercado pode influenciar na gestão do negócio, sendo que mudanças nos preços de insumos agrícolas, sementes, fertilizantes, pesticidas, irrigação e mão de obra podem se alterar ao longo do tempo, afetando a rentabilidade.

Além disso, flutuações nos preços de mercado podem afetar significativamente a lucratividade da plantação de cebola. A sobreprodução local ou a entrada de cebolas importadas a preços mais baixos podem reduzir os preços de venda.

Risco de Crédito: o risco de crédito se relaciona com a incapacidade de uma das partes envolvidas em um negócio cumprir as obrigações contratuais de pagamento de dívida. Isso pode resultar em inadimplência, onde um cliente não efetua o pagamento pelos serviços prestados, levando a uma redução no fluxo de caixa da empresa, que é forçada a arcar com os custos dos serviços prestados e, em casos extremos, a iniciar um processo legal.

Como exemplo podemos pensar em um caso no qual o sítio vende suas cebolas para um distribuidor em grandes quantidades e concede a ele prazos de pagamento. O distribuidor, no entanto, enfrenta dificuldades financeiras e não consegue pagar a dívida na data acordada. Isso pode resultar em uma diminuição do fluxo de caixa do sítio, que agora precisa lidar com a inadimplência do cliente e recuperar seus recursos financeiros.

Risco Operacional: o risco operacional diz respeito às perdas financeiras decorrentes de uma gestão deficiente, falta de controles internos, ausência de treinamento de colaboradores, falhas tecnológicas ou erros humanos que afetam a produção ou resultam em desfechos indesejáveis.

Envolvendo a maior quantidade de riscos diferentes, o risco operacional está sempre presente no cotidiano da empresa. Como exemplo podemos citar a mão de obra que, tanto a sua falta quanto a contratação de funcionários despreparados podem afetar negativamente o plantio, a colheita e a seleção.

O armazenamento ou a distribuição dos produtos feita de forma inadequada são problemas logísticos que podem levar a perda da cebola e, conseqüentemente, a perda financeira.

Vale citar que, por se tratar de uma entidade do ramo agrícola, fatores climáticos desempenham um papel crítico no cultivo da cebola, onde secas, chuvas excessivas, geadas e variações extremas de temperatura podem prejudicar a produção e a qualidade das cebolas.

Também há o risco de várias pragas, como pulgões, ácaros, nematóides, e a doenças fúngicas, afetarem a qualidade do produto agrícola, desvalorizando seu preço perante o mercado. O controle desses problemas pode ser dispendioso e desafiador.

Ademais, a qualidade e a saúde do solo são essenciais para o cultivo bem-sucedido da cebola. Problemas de solo, como compactação, erosão ou esgotamento de nutrientes, podem afetar a produtividade.

Risco de Liquidez: o risco de liquidez se refere à capacidade de uma empresa honrar suas obrigações financeiras de curto prazo, garantindo um fluxo de caixa adequado para o

pagamento de dívidas. É importante notar que uma empresa, mesmo possuindo um capital substancial, pode enfrentar um alto risco de liquidez se não puder converter seus ativos em dinheiro para cobrir despesas imediatas.

Uma preocupação que se adequa nesse tipo de risco é manter uma grande quantidade de cebolas armazenadas, mas não possuir os fundos líquidos necessários para pagar as contas de água e eletricidade, que estão vencendo em curto prazo. Esse tipo de situação cria um alto risco de liquidez, uma vez que a falta de dinheiro disponível para cumprir as obrigações financeiras de curto prazo pode levar a atrasos nos pagamentos e penalidades.

Para resolver esse problema, o sítio precisaria encontrar maneiras de converter seus ativos (cebolas) em dinheiro rapidamente ou planejar melhor suas finanças para evitar tais situações.

3.2.2 MATRIZ DE RISCO

A matriz de riscos é uma ferramenta valiosa para ajudar empresários a priorizar e desenvolver estratégias de gerenciamento de riscos, sendo que a mesma pode se tornar ainda mais eficiente quando são comparadas duas ou mais matrizes de projetos diferentes.

Utilizando-se de classificações, podemos chegar a algumas conclusões a partir destas, sendo:

- **Impacto:** Refere-se à gravidade do impacto que o risco pode ter na plantação de cebola, variando de baixo a alto.
- **Probabilidade:** Refere-se à probabilidade de o risco ocorrer, variando de baixa a alta.
- **Severidade:** associada ao impacto e é usada para avaliar a magnitude das perdas ou danos potenciais.

Para aplicar esta técnica a realidade do Sítio Santa Rita, elaboramos um projeto para utilização de energia solar no sítio e classificamos alguns riscos caso a entidade opte por aplicar ou por continuar utilizando a energia de maneira convencional, como pode ser conferido abaixo:

Imagem 1: Matriz de Risco Energia Comum

Matriz de Risco Energia Comum			
Risco	Impacto	Probabilidade	Severidade
Risco de Crédito	Baixo ▾	Baixo ▾	Alto ▾
Risco de Tecnologia	Baixo ▾	Baixo ▾	Alto ▾
Risco de Mercado	Médio ▾	Médio ▾	Médio ▾
Risco Regulatório	Baixo ▾	Baixo ▾	Médio ▾
Risco de Roubo/Vandalismo	Baixo ▾	Baixo ▾	Alto ▾

Fonte: Tabela de autoria própria (2023).

Para a elaboração dessa matriz, consideraram-se os riscos de crédito que o uso da energia elétrica pode trazer. Considerando que não se trata de um empréstimo e, portanto, não está atrelado a taxas, as chances deste risco ocorrer são mínimas.

Quanto ao risco de tecnologia, podemos associar a rede de transmissão que a própria cidade oferece. Ainda que apagões, por exemplo, possam ocorrer, eles não são tão comuns e possuem rápida resolução. Ainda assim, caso algo leve mais tempo do que o normal, as atividades do sítio podem ser afetadas negativamente.

Quanto ao risco de mercado e ao risco regulatório, ambos passam pelas mudanças que podem ocorrer em decorrência de decisões do departamento responsável pela distribuição de energia elétrica e/ou o governo. Caso sejam criadas novas tarifas ou apenas aumente o valor cobrado, o sítio pode ver sua despesa com energia subir instantaneamente.

Por fim, o risco de roubos e vandalismo é algo que não se espera ocorrer, porém, caso aconteça, pode afetar drasticamente as operações. Neste caso, o vandalismo poderia ser em caixas de distribuição da energia elétrica, o que deixaria o sítio sem condições de realizar diversas tarefas.

Imagem 2: Matriz de Risco Energia Solar

Matriz de Risco Energia Solar			
Risco	Impacto	Probabilidade	Severidade
Risco de Crédito	Alto ▾	Médio ▾	Alto ▾
Risco de Tecnologia	Baixo ▾	Baixo ▾	Alto ▾
Risco de Mercado	Médio ▾	Médio ▾	Médio ▾
Risco Regulatório	Baixo ▾	Baixo ▾	Médio ▾
Risco de Roubo/Vandalismo	Baixo ▾	Baixo ▾	Alto ▾

Fonte: Tabela de autoria própria (2023).

Diferente do uso de energia elétrica por meio da distribuição comum, painéis solares comprados com uma linha de crédito estão atrelados a taxas e tarifas bancárias, o que pode afetar o pagamento das parcelas, causando um preço maior do que se esperava inicialmente.

Quanto a tecnologia, trata-se de um novo empreendimento cuja manutenção não é feita por um departamento responsável. Em casos de problemas com os painéis, o sítio pode ficar um longo tempo sem energia elétrica que atenda a sua total demanda.

O risco regulatório do uso de energia solar depende exclusivamente de novas leis e determinações que poderiam vir a ser sancionadas. Caso se inclua alguma tarifa ou imposto para o uso dos painéis, o gasto pode crescer.

Já o risco de mercado se estende à captação da linha de crédito, uma vez que pode estar sujeito a mudanças do momento do planejamento até a compra, afetando todo o cálculo realizado em um primeiro momento.

Quanto ao risco de roubo e vandalismo, uma vez que se trata de um equipamento próprio, além dos problemas que seriam causados pela falta de energia, ainda há o prejuízo ocasionado pela perda dos painéis solares, o que afetaria tanto o planejamento quanto o caixa, uma vez que o empréstimo ainda precisaria ser pago ou já teria sido pago e o produto não estará mais em condições de uso.

Com ambas as matrizes apresentadas, podemos observar que a energia solar oferece maiores riscos do que a energia convencional, por se tratar de um investimento que a empresa precisaria fazer junto a uma instituição bancária por meio de uma linha de crédito.

Ainda assim, como poderemos ver em cálculos apresentados abaixo, a energia solar oferece uma redução de custos para a empresa que podem compensar essa desigualdade em termos de crédito e levar o sítio a um resultado financeiro mais vantajoso.

Demonstração do Resultado do Exercício:

Após a elaboração da matriz de riscos do sítio Santa Rita, foi realizada a análise da Demonstração do Resultado do Exercício do ano de 2022, e consequentemente desenvolvemos um projeto de investimento para o sítio.

Imagem 3: Demonstração do Resultado do Exercício 2022

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - SÍTIO SANTA RITA 2022	R\$	%
RECEITA COM A VENDA DE CEBOLA (13 MIL SACOS AO PREÇO DE VENDA MÉDIO R\$ 75,00)	R\$ 975.000,00	100,0%
CUSTO COM MÃO DE OBRA (15 REAIS POR SACO)	-R\$ 195.000,00	-20,0%
CUSTO COM SEMENTES, INSUMOS, FERTILIZANTES E AGROTÓXICOS (20 REAIS POR SACO)	-R\$ 260.000,00	-26,7%
CUSTO COM ÓLEO DIESEL (4 REAIS POR SACO)	-R\$ 52.000,00	-5,3%
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA (3 REAIS POR SACO)	-R\$ 39.000,00	-4,0%
MANUTENÇÕES DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS (2 REAIS POR SACO)	-R\$ 26.000,00	-2,7%
RESULTADO DO PERÍODO	R\$ 403.000,00	41,3%

Fonte: Tabela de autoria própria (2023).

Ao analisar a DRE concluímos que o custo médio de cada saco de cebola vendido era em torno de R\$44,00. Logo, o montante total dos custos no período em estudo foi de R\$572.000,00 (equivalente a aproximadamente 59,0% de toda a receita arrecadada). Além do mais, ao final do exercício os proprietários possuíam em mãos o lucro de R\$403.000,00, sendo que parte deste montante seria utilizado como capital de giro para a safra do ano de 2023.

Projeto de Investimento para o sítio Santa Rita:

A energia solar vem se destacando como uma opção cada vez mais popular em propriedades rurais, pois é uma fonte de energia limpa, renovável e que pode gerar significativas economias na conta de luz. Dessa maneira, ao optar por esse tipo de energia os proprietários contribuem para um mundo mais sustentável, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa e preservando os recursos naturais.

A geração de energia solar em áreas rurais ocorre através da captação da radiação solar por meio de painéis solares instalados no local, também chamados de módulos fotovoltaicos. Esses módulos são compostos por células fotovoltaicas que convertem a energia solar em energia elétrica. Posteriormente, com o auxílio de um inversor solar a

energia corrente contínua é convertida para corrente alternada, e então é enviada à rede, no caso de um sistema on-grid, ou armazenada em baterias, no caso de um sistema off-grid.

É importante destacar que o custo da instalação de energia solar em um sítio varia dependendo da demanda por energia elétrica e os equipamentos instalados. Na maioria dos casos, o investimento se paga em pouquíssimo tempo. Além do mais, também existem incentivos governamentais e financiamentos que podem ajudar a cobrir esse custo, sendo um investimento que praticamente não precisa de manutenção e têm vida útil de 25 anos.

Conforme a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (2022), os sistemas de energia solar em propriedades rurais representavam cerca de 13,0% da potência instalada no Brasil. Outrossim, a geração de eletricidade de forma sustentável ainda tem grande potencial de expansão, já que atualmente 65 mil dos 5 milhões de imóveis no campo contam com a tecnologia.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (2022), o preço da eletricidade subiu 82,0% na última década, havendo ainda espaço para novas altas. Com a alta do preço da energia elétrica, os exploradores de atividades rurais têm as suas margens de lucro comprometidas, em vista que o custo para se produzir aumenta.

De acordo com José Renato Colaferro (2022), sócio-fundador e diretor de Operações da Blue Sol Energia Solar, a energia solar pode representar uma economia de até 99,0% na conta de luz na propriedade rural. Sendo assim, a economia na conta de eletricidade é a principal vantagem oferecida pelo sistema fotovoltaico no campo e o produtor pode contar, ainda, com mais de 70 linhas de financiamento, inclusive possibilidade de crédito dentro do Plano Safra.

Como colocar em prática um sistema de energia solar no sítio Santa Rita:

Grande parte do consumo de energia elétrica no sítio Santa Rita está atrelado a necessidade de irrigação, relacionada ao bombeamento de água feita por três bombas d'águas (sendo que uma é utilizada para encher um reservatório enquanto as outras duas são utilizadas para suprirem dois pivôs de irrigação). Durante a safra da cebola do ano de 2022, o custo de energia elétrica conforme apresentado na DRE acima foi de R\$39.000,00.

Diante dessa situação, o grupo decidiu desenvolver um projeto de investimento para a implementação do sistema de energia solar no sítio, a fim de ajudar os proprietários a reduzirem o custo de produção da cebola, além de futuramente também utilizarem essa fonte de energia renovável nas outras atividades da propriedade.

Após fazermos pesquisas em sites relacionados a instalação de energia solar, concluímos que um projeto para o sítio teria em média um custo de R\$75.000,00 (incluindo a aquisição de todos os aparelhos e a montagem dos mesmos).

Programa Agro Energia do Banco do Brasil:

Como forma de ajudar os proprietário a adquirir recursos para a implementação desse projeto, sugerimos o seguinte programa financiamento:

Em 2017 foi criado o Programa Agro Energia do Banco do Brasil, cujo objetivo era o financiamento de usinas capazes de gerar energia alternativa renovável, especialmente de fontes solar, eólica e biomassa. O programa foi desenvolvido para incentivar a adesão de sistemas de geração de energia sustentável e limpa no campo, com uma linha de financiamento direcionado para diferentes perfis de produtores rurais e de abrangência nacional, contribuindo para a redução dos custos de produção e ampliação dos negócios do setor da agricultura e pecuária.

Dentro do programa há a linha de crédito chamada de Pronaf Agroindústria, onde agricultores familiares, empreendimentos familiares rurais, cooperativas de agricultores familiares com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e CAF-Pronaf ativos, podem ser contemplados com valores de até R\$200 mil, R\$400 mil e R\$35 milhões para pessoa física, empreendimento familiar rural e cooperativas, respectivamente, sendo que, no último caso, o limite individual é de R\$45mil por cooperado. Além do mais, o programa tem um prazo de pagamento de 10 anos, com um período de carência de até 3 anos e as taxas de juros são pré-fixadas a 6,6% ao ano em todos os casos. Enfim, através deste programa, projetos de energia renovável podem receber até 100,0% do valor necessário para o investimento, levando mais inovação, tecnologia e sustentabilidade para o agro.

Vejamos nas tabelas abaixo a simulação do investimento caso o sítio Santa Rita aderisse a esse programa:

Imagem 4: Informações do Projeto Energia Solar

INFORMAÇÕES	
VALOR INICIAL DO PROJETO	R\$ 75.000,00
TAXA DE JUROS ANUAL	6,60%
PRAZO DE PAGAMENTO	5 ANOS
VALOR DE CADA PARCELA	R\$ 15.000,00

Fonte: Tabela de autoria própria (2023).

Como mencionado anteriormente, o valor estimado para o projeto de investimento é de R\$75.000,00, com uma taxa de juros anual de 6,60%. O prazo de pagamento determinado para o pagamento é de 5 anos, sendo que o valor principal de cada parcela é de R\$15.000,00.

Imagem 5: Expectativa da taxa Selic para os próximos anos

Taxa Selic				
2024	2025	2026	2027	2028
9,0%	8,7%	8,5%	8,0%	7,0%

Fonte: Tabela de autoria própria conforme dados extraídos do site do Senado Federal (2023). Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ifi/dados/arquivos/projecoes-ifi>>.

Para fazer a projeção do custo total do projeto, é necessário levar em consideração o valor dos juros e encargos financeiros, conforme a previsão da taxa Selic disponível no site do Senado Federal (2023) para os próximos anos.

Imagem 6: Custo total do investimento

ANO	VALOR PRINCIPAL	JUROS	VALOR DA PARCELA
2024	R\$ 15.000,00	R\$ 2.340,00	R\$ 17.340,00
2025	R\$ 15.000,00	R\$ 2.302,50	R\$ 17.302,50
2026	R\$ 15.000,00	R\$ 2.265,00	R\$ 17.265,00
2027	R\$ 15.000,00	R\$ 2.190,00	R\$ 17.190,00
2028	R\$ 15.000,00	R\$ 2.040,00	R\$ 17.040,00
TOTAL	R\$ 75.000,00	R\$ 11.137,50	R\$ 86.137,50

Fonte: Tabela de autoria própria (2023).

Conforme podemos observar na tabela acima, o valor dos juros (taxa anual do contrato + taxa Selic) no final do período equivale ao montante de R\$11.137,50. Ao somar o valor principal mais o valor do juros, calculamos que o projeto terá, aproximadamente, um custo de R\$86.137,50.

Diante dos números da projeção do investimento em energia solar para o sítio Santa Rita, concluímos que o projeto é muito promissor para os proprietários, pois levando em conta que na safra do ano de 2022, o custo com energia elétrica foi de R\$39.000,00 e o investimento

proposto custará em torno de R\$ 86.137,50, em menos de 3 anos o valor a ser economizado em energia elétrica, já será o suficiente para pagar o investimento realizado em energia solar.

Taxa Interna de Retorno:

A Taxa Interna de Retorno (TIR) é uma taxa de desconto calculada a partir de uma projeção de fluxo de caixa (previsão de receitas geradas por um investimento ao longo de determinado período), considerando que o Valor Presente Líquido é igual a zero. Isto é, ela é usada por empresários e investidores para tomar a decisão se um projeto é viável ou não.

Por ser expressa em percentual, a TIR tem boa aceitação entre executivos, pois ao se tratar de uma taxa que indica a rentabilidade de um investimento, a sua utilização facilita a vida dos seus usuários na comparação com taxas definidas para custo de capital. Além do mais, a Taxa Interna de Retorno tem como vantagem a sua facilidade de interpretação. Logo, se for necessário decidir entre dois projetos ou investimentos, aquele que apresentar a TIR mais alta, será o de melhor opção.

Imagem 7: Fluxo de Caixa Projetado (Valor Futuro)

FLUXO DE CAIXA PROJETADO	
CUSTO ESTIMADO COM ENERGIA ELÉTRICA (PRÓXIMOS 5 ANOS)	R\$ 195.000,00
CUSTO ESTIMADO COM O PROJETO DE ENERGIA SOLAR	R\$ 86.137,50
VALOR A SER ECONOMIZADO (FLUXO DE CAIXA - VALOR FUTURO)	R\$ 108.862,50

Fonte: Tabela de autoria própria (2023).

Para o cálculo do fluxo de caixa projetado, consideramos que o custo com energia elétrica conforme apresentado na DRE de 2022, foi de R\$39.000,00, e multiplicamos o mesmo por 5 anos (que é o prazo de pagamento para o projeto da energia solar) chegando ao custo estimado com energia elétrica nesse período de R\$195.000,00. Tendo em vista que, o custo estimado com o investimento na implantação da energia solar é de R\$86137,50, foi encontrado um valor a ser economizado com energia de R\$108.862,50, sendo esse o fluxo de caixa projetado.

Imagem 8: Fluxo de Caixa Descontado (Valor Presente)

FLUXO DE CAIXA DESCONTADO	
VALOR A SER ECONOMIZADO (FLUXO DE CAIXA - VALOR PRESENTE)	R\$99.874,31

Fonte: Tabela de autoria própria (2023).

Após o cálculo do fluxo de caixa projetado, utilizamos a fórmula do valor presente líquido (VPL) em conjunto com a taxa Selic projetada para o ano de 2024 (que no caso seria o ano em que o sistema de energia solar iria entrar em funcionamento no sítio) para calcular o valor do fluxo de caixa descontado. Conforme mostrado na tabela acima, após a aplicação da fórmula do VPL, o sítio teria um fluxo de caixa líquido gerado nos próximos 5 anos de R\$99.873,85

Imagem 9: Taxa Interna de Retorno

TAXA INTERNA DE RETORNO DO PROJETO - VALOR PRESENTE							
PROJETO	INVESTIMENTO	FLUXOS DE CAIXA LÍQUIDOS EM VALORES CORRENTES					SOMA
		2024	2025	2026	2027	2028	
ENERGIA SOLAR	R\$ 86.137,50	R\$19.871,56	R\$19.906,42	R\$19.940,37	R\$20.009,17	R\$20.146,79	R\$99.874,31
TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR):		5,13 a.a					

Fonte: Tabela de autoria própria (2023).

De acordo com os dados da tabela acima, a Taxa Interna de Retorno calculada para o projeto de investimento em energia solar, nos próximos 5 anos, é de 5,13% ao ano. Ao primeiro momento, pode parecer um projeto de investimento pouco rentável, pois a TIR está menor do que a taxa Selic prevista para os próximos anos.

Contudo, ao considerarmos ser um investimento de longo prazo (sendo que todos os aparelhos utilizados na instalação da energia solar tem uma vida útil de 25 anos) e que os proprietários vão pagar pelo investimento apenas por cinco anos, após esse prazo, podemos concluir que esse investimento se tornará altamente rentável. Pois, a partir do sexto ano o sítio terá despesas mínimas com energia elétrica e solar, contribuindo para a obtenção de uma margem maior de lucro em suas atividades.

Além do mais, ao calcular o Payback, isto é, o tempo de retorno do investimento proposto, chegamos ao indicador de 4,31, ou seja, entre 4º e 5º ano os proprietários vão recuperar todo o dinheiro investido. No caso do sítio, o dinheiro será recuperado a partir dos valores economizados com energia elétrica. Logo, esse indicador também comprova a boa perspectiva de rentabilidade do projeto.

3.2.3 PARECER SOBRE INVESTIMENTOS E RISCOS

Após a análise de todos os indicadores envolvendo o projeto da instalação de energia solar no sítio Santa Rita, podemos concluir, sem dúvidas, que é um excelente investimento a

ser realizado. Como principal vantagem deste projeto, podemos citar o fato que todo o dinheiro a ser economizado com energia elétrica nos próximos 25 anos, poderá ser utilizado para os agricultores investirem em melhorias em sua propriedade, como aquisição de tratores, implementos agrícolas, construção de barracões, entre outros investimentos que podem ser empenhados para melhorar e modernizar a exploração das atividades agrícolas.

Além do mais, outro ponto que merece muita atenção, é o fato da energia solar ser limpa, renovável e sustentável, contribuindo para a preservação do meio ambiente. Assim, ao optar por esse tipo de energia, os agricultores além de terem uma redução nos custos da produção de suas atividades, conjuntamente vão ajudar a manter o planeta saudável.

Portanto, concluímos que o sítio Santa Rita só tem a ganhar com esse projeto de investimento, pois aspectos econômicos-financeiros e sustentáveis estão sendo colocados em pauta na sua implantação, além de ser um projeto que vai ser pago em poucos anos e proporcionará maiores lucros para os agricultores.

3.3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E BUSINESS INTELLIGENCE

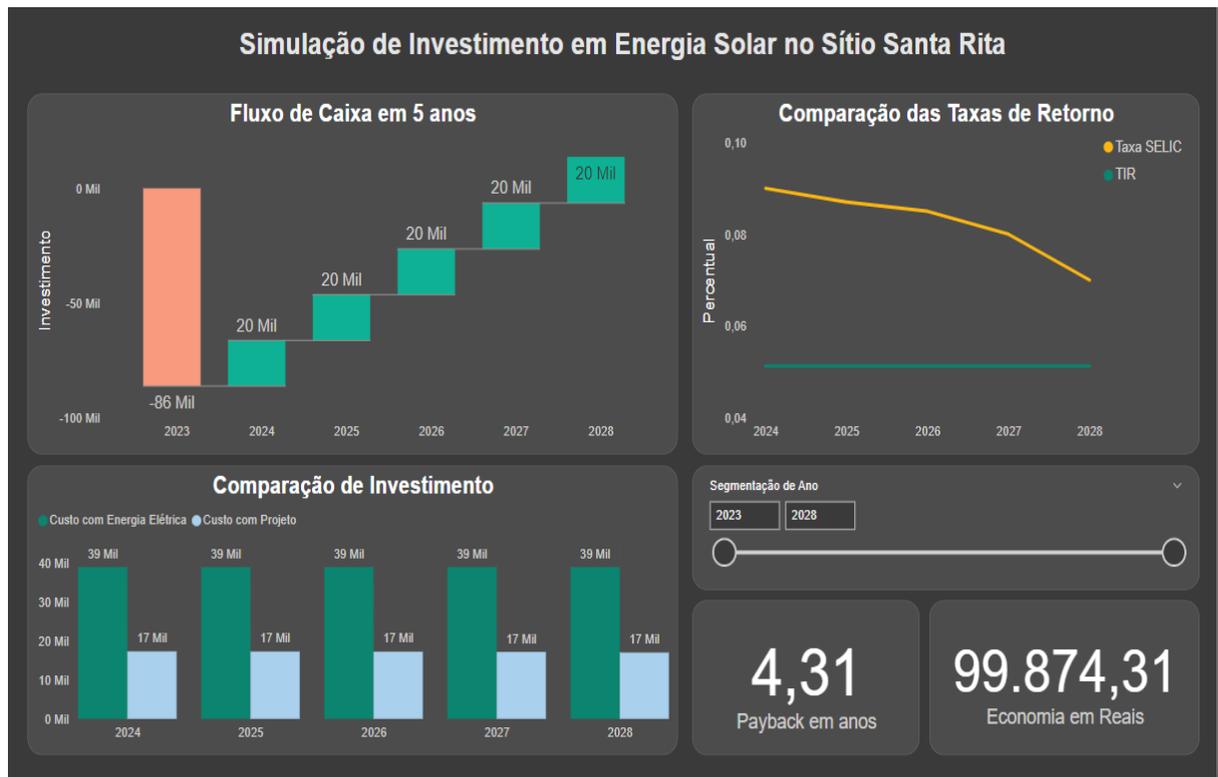
Dashboards são ferramentas visuais essenciais para empresas, fornecendo acesso rápido a informações cruciais por meio de gráficos e tabelas. Eles permitem o monitoramento em tempo real do desempenho, facilitam a tomada de decisões informadas e identificam tendências. Além disso, promovem a análise comparativa, economizam tempo na elaboração de relatórios, auxiliam na comunicação interna e no acompanhamento de metas.

Os Dashboards adaptam-se às mudanças do mercado e ajudam a identificar problemas e oportunidades, podendo ser empregados em qualquer empresa que tenha dados disponíveis para análise. Quando usado em um ambiente do agronegócio, é capaz de comparar safras em diferentes períodos, analisar tendências e observar os retornos obtidos dos investimentos. Em resumo, são fundamentais para a eficiência, competitividade e gestão estratégica de uma empresa.

3.3.1 DASHBOARD

Para uma análise facilitada dos dados apresentados no projeto de implantação de energia solar no Sítio Santa Rita, foi criado um Dashboard para a visualização dos principais indicadores que influenciam a tomada de decisão em aprovar ou não o investimento.

Imagem 1: Dashboard da simulação de investimento em energia solar no Sítio Santa Rita



Fonte: Imagem de autoria própria (2023).

3.3.2 ANALISANDO O DASHBOARD

A análise do projeto de implantação de energia solar no sítio Santa Rita, revela uma proposta promissora do ponto de vista econômico e ambiental. Com um custo inicial de 86 mil reais, dividido em 5 anos, o projeto oferece um período de retorno, ou payback, de 4,31 anos. Isso significa que após esse período, os custos com o projeto de energia elétrica, seriam completamente compensados pelos ganhos obtidos com a geração de energia solar.

Além dos benefícios financeiros a longo prazo, a adoção de energia solar no sítio Santa Rita também teria um impacto positivo no meio ambiente, reduzindo a dependência de fontes de energia não renováveis.

A economia em reais com a implantação, quando comparamos com o custo estimado de energia elétrica nos próximos 5 anos, será de aproximadamente 100 mil reais, comprovando ainda mais a viabilidade do projeto.

Por fim, pensando em agregar mais valor à alocação do dinheiro economizado com o projeto, será possível destinar este recurso à compra de novos equipamentos, investir em

novas tecnologias para o sítio, ou mesmo em produtos de renda fixa, derivativos ou estratégias de Hedge.

3.4 CONTABILIDADE PÚBLICA

A matéria de Contabilidade Pública é primordial para entendermos como a contabilidade é aplicada ao setor público, o qual possui grande diferença da área privada. Os focos principais na unidade de estudo serão as definições e análises das execuções orçamentárias do ente público, sendo o enfoque o estudo do Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que são as peças de planejamento essenciais para a execução orçamentária das repartições públicas. Dentro do projeto iremos fazer a análise do município de São José do Rio Pardo, que é onde a empresa, sítio Santa Rita, está localizada.

3.4.1 CONCEITO DA CONTABILIDADE PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO DAS PRINCIPAIS LEIS ORÇAMENTÁRIAS - (CF, LEI 4.320/64 e LRF).

A contabilidade pública é a área da contabilidade responsável por estudar, registrar, controlar, analisar e interpretar as variações do patrimônio público a partir das demonstrações contábeis e atos gerados dentro do ente público. De acordo com a professora Cátia Maria Fraguas Veiga (2011), a Contabilidade Pública é: “a ciência que permite acompanhar a evolução do patrimônio das entidades do setor público, através do fornecimento de informações que visam auxiliar a tomada de decisão por parte dos gestores e demais usuários desta”.

O Art. 37 da Constituição Federal de 1988, deixa expresso que: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte”. O artigo estabelece princípios fundamentais que norteiam a atuação do Estado e seus agentes, garantindo que os princípios citados sejam cumpridos. Destaca-se o seguinte:

- **Legalidade:** Este princípio estabelece que a administração pública só pode fazer aquilo que a lei permite. Qualquer ato que contrarie as normas legais é considerado ilegal. Isso ajuda a manter o Estado dentro dos limites e a evitar abusos de poder.

Para Di Pietro (2010, p. 63):

Este princípio, juntamente com o de controle da Administração pelo

Poder Judiciário, nasceu com o Estado de Direito e constitui uma das principais garantias de respeito aos direitos individuais. Isto porque a lei, ao mesmo tempo em que os define, estabelece também os limites da atuação administrativa que tenha por objeto a restrição ao exercício de tais direitos em benefício da coletividade. É aqui que melhor se enquadra aquela ideia de que, na relação administrativa, a vontade da Administração Pública é a que decorre da lei.

- **Moralidade:** A moralidade administrativa refere-se à conduta ética dos agentes públicos. Eles devem agir de forma íntegra, evitando qualquer tipo de corrupção, nepotismo e favoritismo. A moralidade é um pilar importante para a confiança da sociedade no governo.

Conforme Di Pietro (2010, p.78):

Em resumo, sempre que em matéria administrativa se verificar que o comportamento da Administração ou do administrado que com ela se relaciona juridicamente, embora em consonância com a lei, ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, os princípios de justiça e de equidade, a ideia comum de honestidade, estará havendo ofensa ao princípio da moralidade administrativa. É evidente que, a partir do momento em que o desvio de poder foi considerado como ato ilegal e não apenas imoral, a moralidade administrativa teve seu campo reduzido; o que não impede, diante do direito positivo brasileiro, o reconhecimento de sua existência como princípio autônomo.

- **Impessoalidade:** Esse princípio determina que as ações do Estado devem ser neutras e imparciais, sem favorecimento a indivíduos ou grupos. Os serviços públicos devem ser oferecidos de forma igualitária a todos os cidadãos.

De acordo com Di Pietro (2010, p.67):

O princípio estaria relacionado com a finalidade pública que deve nortear toda atividade administrativa. Significa que a Administração não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, uma vez que é sempre o interesse público que tem que nortear o seu comportamento.

- **Publicidade:** A publicidade requer que os atos administrativos sejam transparentes e de conhecimento público. Isso permite que os cidadãos acompanhem e fiscalizem as ações do governo, contribuindo para a accountability e evitando ações obscuras.

Segundo Hely Lopes Meirelles (2010, p. 95-96):

Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. Daí por que as leis, atos e contratos administrativos que produzem consequências jurídicas fora dos órgãos que os emitem exigem publicidade para adquirirem validade

universal, isto é, perante as partes e terceiros.

- **Eficiência:** A eficiência está relacionada à busca pelo melhor resultado com os recursos disponíveis. A administração pública deve buscar a otimização de recursos e a prestação de serviços de qualidade, evitando desperdícios.

Conforme Hely Lopes Meirelles (2010, p.98):

O Princípio da Eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e seus membros.

Os princípios estabelecidos no artigo 37 da Constituição Federal do Brasil, citados acima, desempenham um papel fundamental na organização e funcionamento do Estado, bem como na proteção dos direitos dos cidadãos. A importância desses princípios reside em promover um Estado que seja responsável, ético, transparente e voltado para o interesse público. Eles são fundamentais para a construção de uma administração pública que funcione de maneira justa, eficaz e de acordo com os valores democráticos, protegendo os direitos dos cidadãos e evitando o abuso de poder

A Lei nº 4.320/64 é responsável por estabelecer as normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Essa lei é essencial para a organização e a gestão das finanças públicas no Brasil. Em relação ao capítulo II e ao capítulo III e os artigos citados, são definidos:

Capítulo II - Receita:

Art. 9º: Este artigo estabelece que:

O Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

Essa definição destaca que tributos são receitas arrecadadas por entidades públicas, incluindo impostos, taxas e contribuições, de acordo com a Constituição e leis financeiras. Essa arrecadação é usada para financiar atividades gerais ou específicas do governo. Em resumo, os tributos são fundamentais para manter o funcionamento do Estado e o bem-estar

da sociedade.

Art. 11: O Artigo 11 da Lei nº 4.320/64 estabelece que:

A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital". Essa classificação das receitas em "Receitas Correntes" e "Receitas de Capital" é uma prática da administração pública e desempenha um papel fundamental na compreensão e no controle das finanças governamentais.

- **Receitas Correntes:** Refere-se à arrecadação de recursos que são sustentáveis e recorrentes, provenientes de atividades rotineiras do governo. Isso inclui impostos, taxas, contribuições, receitas de serviços, entre outros. As Receitas Correntes são essenciais para a manutenção das operações diárias do governo, como pagamento de salários, custeio de serviços públicos e programas contínuos. São recursos que não devem ser usados para despesas de investimento, como construção de infraestrutura, mas sim para manter as operações em andamento.
- **Receitas de Capital:** Envolve a arrecadação de recursos para investimentos e aquisições de ativos de longo prazo. Isso inclui a venda de ativos, empréstimos e outras fontes de financiamento destinadas a projetos que promovem o crescimento econômico e melhorias significativas na infraestrutura e serviços públicos. Essas receitas são importantes para o desenvolvimento a longo prazo e para a expansão do setor público.

A distinção entre essas categorias econômicas é essencial para que os governos possam planejar suas despesas de maneira eficaz, assegurando que as Receitas Correntes cubram os gastos operacionais regulares, enquanto as Receitas de Capital sejam direcionadas para projetos de investimento e desenvolvimento. Isso ajuda a evitar a utilização de recursos de curto prazo para despesas de longo prazo, mantendo a sustentabilidade financeira e promovendo o crescimento econômico.

Capítulo III - Despesa:

De acordo com a Lei 4320/64, no Art. 12, explicita-se que a despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

- Despesas Correntes - Despesas de Custeio e Transferências Correntes;
- Despesas de Capital: Investimentos, Inversões Financeiras e Transferências de Capital.

Já o artigo Art. 13, observadas as categorias econômicas do Art. 12, afirma que a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, obedecerá ao seguinte esquema:

Despesas Correntes:

- **Despesas de Custeio:** Pessoal Civil, Pessoal Militar, Material de Consumo, Serviços de Terceiros e Encargos Diversos.
- **Transferências Correntes:** Subvenções Sociais, Subvenções Econômicas, Inativos, Pensionistas, Salário Família e Abono Familiar, Juros da Dívida Pública, Contribuições de Previdência Social e Diversas Transferências Correntes.

Despesas de Capital:

- **Investimentos:** Obras Públicas, Serviços em Regime de Programação Especial, Equipamentos e Instalações, Material Permanente, Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas.
- **Inversões Financeiras:** Aquisição de Imóveis, Participação em Constituição ou Aumento de Capital de Empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras, Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresas em Funcionamento, Constituição de Fundos Rotativos, Concessão de Empréstimos e Diversas Inversões Financeiras.
- **Transferências de Capital:** Amortização da Dívida Pública, Auxílios para Obras Públicas, Auxílios para Equipamentos e Instalações, Auxílios para Inversões Financeiras, Outras Contribuições.

A clara distinção entre essas categorias econômicas é fundamental para o planejamento e a execução do orçamento público. Ela ajuda o governo a garantir que os recursos sejam alocados de acordo com as prioridades estabelecidas, evitando o desvio de fundos destinados a investimentos para despesas operacionais, o que poderia prejudicar o desenvolvimento a longo prazo. Além disso, essa classificação facilita a transparência e a prestação de contas, permitindo que os cidadãos e as autoridades fiscalizem como o dinheiro público está sendo gasto.

A Lei nº 4.320/64 é uma ferramenta importante para a gestão das finanças públicas no Brasil, promovendo a transparência, o controle e a responsabilidade fiscal. Ela é essencial por estabelecer diretrizes fundamentais para a elaboração e execução do orçamento público, garantindo que as receitas e despesas sejam devidamente registradas e que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e de acordo com as leis, regulamentos e determinações.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000) é uma legislação fundamental para o controle das finanças públicas no Brasil. Em relação aos artigos, são definidos:

Capítulo III - Seção I: Da Previsão e da Arrecadação da Receita:

- Art. 15: Este artigo determina que a previsão da receita e a arrecadação devem ser feitas com base em critérios realistas e consistentes. Isso significa que o governo deve estimar suas receitas de forma a evitar superestimar ou subestimar seus recursos, o que poderia levar a desequilíbrios nas contas públicas. Essa previsão realista é essencial para a responsabilidade fiscal.
- Art. 16: O Artigo 16 exige que a renúncia de receita (quando o governo abre mão de arrecadar impostos, por exemplo) seja compensada, de modo a não afetar o equilíbrio fiscal. Essa medida evita que o Estado conceda benefícios fiscais sem uma análise adequada de seus impactos financeiros, protegendo as finanças públicas.
- Art. 17: O Artigo 17 estabelece que, caso a arrecadação de receitas seja inferior ao previsto, o governo deve adotar medidas para ajustar as despesas de forma a manter o equilíbrio fiscal. Isso pode incluir contingenciamento de gastos e outras medidas para evitar o descontrole orçamentário em situações de queda na arrecadação.

Capítulo IV - Seção I: Da Geração das Despesas:

- Art. 15: Este artigo estabelece que a geração da despesa com pessoal ativo e inativo obedecerá ao limite de despesa total com pessoal. Ele impõe um limite para gastos com pessoal, incluindo servidores ativos e inativos, visando a manutenção do equilíbrio fiscal. Essa restrição é crucial para evitar que os gastos com pessoal comprometam excessivamente o orçamento público.
- Art. 16: O Artigo 16 trata da concessão de reajustes de remuneração para o funcionalismo público. Ele estabelece que a concessão de aumentos deve obedecer a limites estabelecidos pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela disponibilidade de recursos, garantindo que os reajustes sejam feitos de maneira responsável.
- Art. 17: Este artigo estabelece que, no caso de despesas obrigatórias com pessoal e outras que afetem o equilíbrio fiscal, medidas de compensação devem ser adotadas. Isso garante que, se houver aumento de despesas em determinada área, o governo deverá buscar recursos adicionais ou cortar gastos em outras áreas para manter a responsabilidade fiscal.

Esses artigos da Lei de Responsabilidade Fiscal são essenciais para a gestão das finanças públicas, promovendo a transparência, o controle e a responsabilidade na previsão, arrecadação, geração e controle das despesas do governo. Eles visam assegurar que o Estado opere dentro de suas possibilidades financeiras, evitando desequilíbrios fiscais que podem

prejudicar a estabilidade econômica do país.

3.4.2 MARCAS QUE DEFINEM O DESEMPENHO DA GESTÃO PÚBLICA: PPA, LDO E LOA

O PPA (Plano Plurianual), a LOA (Lei Orçamentária Anual) e a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) são instrumentos de planejamento e gestão orçamentária utilizados pelo governo para garantir a alocação eficiente de recursos públicos.

O PPA é um instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas do governo para um período de quatro anos. Ele orienta as ações do governo, ajudando a definir as prioridades e políticas públicas a serem implementadas durante esse período.

A LOA é um instrumento orçamentário de curto prazo que estabelece as despesas e receitas públicas para um ano fiscal específico. Ela detalha como os recursos serão alocados para a execução das políticas públicas e programas definidos no PPA.

A LDO é um instrumento intermediário entre o PPA e a LOA. Ela define as diretrizes e metas para a elaboração do orçamento anual, estabelecendo limites de gastos, metas fiscais, critérios para concessão de créditos suplementares, entre outros.

Pontos em Comum: O PPA é o instrumento de planejamento de longo prazo, a LDO atua como um elo entre o PPA e a LOA, e a LOA é o instrumento de execução orçamentária de curto prazo. Todos esses documentos estão interligados e devem estar alinhados, garantindo consistência e coerência no planejamento e execução das políticas públicas. Os três documentos passam por um processo legislativo de elaboração e aprovação no Congresso Nacional. Isso envolve discussões, negociações e a participação de diferentes órgãos e atores na formulação das políticas públicas e no estabelecimento das prioridades orçamentárias.

Flexibilidade e Rigidez: O PPA é mais flexível e estratégico, permitindo ao governo fazer ajustes ao longo do período. A LOA é mais rígida e detalhada, refletindo a execução concreta do orçamento. A LDO serve como um intermediário, fornecendo orientações e regras para a LOA. Tanto a LDO quanto a LOA contém informações financeiras detalhadas, permitindo um controle mais efetivo das finanças públicas. A LDO estabelece metas fiscais, enquanto a LOA detalha as despesas por órgão, programa e projeto.

Em resumo, o PPA, a LDO e a LOA desempenham papéis diferentes no processo de planejamento, gestão e execução orçamentária do governo. Eles são essenciais para garantir

que os recursos públicos sejam alocados de forma eficiente, seguindo as diretrizes e prioridades estabelecidas pelo governo e aprovadas pelo legislativo.

A Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e o Artigo 165 da Constituição Federal (CF) têm em comum o objetivo de estabelecer diretrizes e regras para a gestão das finanças públicas no Brasil. Tanto a Lei quanto o artigo possuem alguns tópicos semelhantes, como por exemplo:

- **Controle e Transparência:** A LRF e o Artigo 165 da constituição federal visam promover o controle e a transparência das finanças públicas. Eles estabelecem a necessidade de divulgação de informações sobre as contas públicas, relatórios fiscais e a prestação de contas por parte do governo.
- **Planejamento Orçamentário:** Tanto a LRF quanto o Artigo 165 da CF reconhecem a importância do planejamento orçamentário. Eles estabelecem diretrizes para a elaboração do orçamento público, garantindo que os recursos sejam alocados de forma eficiente e de acordo com as prioridades estabelecidas.
- **Limites de Despesas:** Ambos os instrumentos estabelecem limites para despesas públicas, embora em detalhes diferentes. A LRF define limites específicos para despesas com pessoal e dívida, enquanto o Artigo 165 da CF estabelece o processo de aprovação do orçamento, o qual implica limites implícitos nas despesas públicas.
- **Princípios Orçamentários:** Tanto a LRF quanto o Artigo 165 da CF incorporam princípios orçamentários fundamentais, como a legalidade, a anualidade, a exclusividade, a universalidade e a unidade, que devem ser seguidos no processo de elaboração e execução do orçamento público.
- **Responsabilidade Fiscal:** Ambos enfatizam a responsabilidade fiscal e a necessidade de o governo não gastar mais do que arrecada. A LRF, em particular, foca na responsabilidade fiscal ao estabelecer regras detalhadas para o controle das despesas e o endividamento público.
- **Controle Externo:** Tanto a LRF quanto a CF preveem a fiscalização e o controle externo das contas públicas, seja por órgãos de controle interno, como os tribunais de contas, ou por órgãos de controle externo, como o Poder Legislativo.
- **Definição de Metas Fiscais:** Tanto a LRF quanto a CF estabelecem a necessidade de definir metas fiscais, que orientam o equilíbrio das contas públicas e a busca pela sustentabilidade fiscal.

As despesas obrigatórias são gastos governamentais que o governo é legalmente obrigado a realizar, geralmente relacionados a programas de seguridade social e pagamento

de dívidas. Elas têm rigidez orçamentária e não podem ser facilmente alteradas. Por outro lado, as despesas discricionárias são gastos sobre os quais o governo tem flexibilidade para decidir e ajustar de acordo com as prioridades políticas do momento. Elas incluem investimentos em várias áreas, como educação, saúde, infraestrutura, e são decididas anualmente durante o processo orçamentário.

3.4.3 REGISTROS CONTÁBEIS NA CONTABILIDADE PÚBLICA

De acordo com o Ministério da Fazenda, na publicação da Portaria STN nº751, de 16 de dezembro de 2009, 2ª edição, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o plano de contas é definido da seguinte forma:

É a estrutura básica da escrituração contábil, formada por um conjunto de contas previamente estabelecido, que permite obter as informações necessárias à elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis conforme as características gerais da entidade, possibilitando a padronização de procedimentos contábeis. O plano de contas de uma entidade tem como objetivo atender, de maneira uniforme e sistematizada, o registro contábil dos atos e fatos praticados pela entidade. Desta forma, proporciona maior flexibilidade no gerenciamento e consolidação dos dados e alcança as necessidades de informações dos usuários. Sua entrada de informações deve ser flexível de modo a atender os normativos, gerar informações necessárias à elaboração de relatórios e demonstrativos e facilitar a tomada de decisões e a prestação de contas.

As demonstrações contábeis no setor público têm o objetivo de fornecer informações sobre a gestão dos recursos públicos e a eficácia na execução de políticas públicas. Elas são diferentes das demonstrações contábeis do setor privado devido às diferenças em seus objetivos e características.:

Demonstrações Contábeis no Setor Público:

- **Balanco Patrimonial:** Semelhante ao setor privado, o balanço patrimonial no setor público apresenta a posição financeira da entidade em um determinado momento. No entanto, os ativos, passivos e patrimônio líquido são classificados de acordo com a natureza das atividades do governo.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais:** Esta demonstração reflete as mudanças no patrimônio líquido ao longo de um período. Ela inclui receitas, despesas, superávit ou déficit patrimonial, destacando como as operações afetaram o patrimônio líquido.

- **Demonstração do Resultado Econômico:** Especificamente para o setor público, essa demonstração é usada para calcular o resultado econômico do período, evidenciando as receitas e despesas de acordo com a natureza econômica e os resultados financeiros das atividades governamentais.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa:** Assim como no setor privado, essa demonstração apresenta as entradas e saídas de recursos financeiros, mas destaca as atividades de financiamento, investimento e operacionais de forma a refletir as peculiaridades do setor público. Comparação com o Setor Privado:

Objetivos: No setor privado, as demonstrações contábeis visam fornecer informações para acionistas, investidores e credores, com foco na geração de lucro e retorno para os proprietários. No setor público, as demonstrações contábeis têm o objetivo principal de fornecer transparência e prestação de contas aos cidadãos, órgãos de controle e legisladores, destacando a utilização de recursos públicos para cumprir políticas governamentais.

Normas Contábeis: O setor privado segue normas contábeis internacionais, enquanto o setor público adota normas específicas, como o PCASP (Plano de Contas Aplicado ao Setor Público) no Brasil, que levam em consideração a contabilização de receitas e despesas de acordo com as normas e práticas do setor público.

Prestação de Contas: A transparência e a prestação de contas são de extrema importância no setor público, resultando em requisitos adicionais de divulgação e relatórios para garantir que a gestão dos recursos públicos seja fiscalizada de forma adequada. Isso é menos proeminente no setor privado, onde as divulgações são mais voltadas para atender às necessidades de investidores e partes interessadas.

Em resumo, as demonstrações contábeis no setor público são adaptadas às suas características específicas, incluindo a natureza das atividades, fontes de financiamento e objetivos de prestação de contas, tornando-as diferentes das demonstrações do setor privado. O foco do setor público está na responsabilidade na gestão dos recursos públicos e na prestação de serviços à sociedade.

O orçamento é um instrumento financeiro que descreve a previsão de receitas e despesas de uma entidade em um período específico. Ele é usado para planejar, controlar e acompanhar os recursos financeiros disponíveis e suas alocações. Tanto no contexto empresarial (privado) quanto no público, o orçamento desempenha um papel crucial.

O orçamento empresarial é usado por organizações privadas com fins lucrativos para planejar e gerenciar suas finanças. Ele ajuda a definir metas, alocações de recursos e avalia o desempenho financeiro para alcançar lucratividade e crescimento. Já o orçamento público é

utilizado por entidades governamentais (governo federal, estadual, municipal) e organizações sem fins lucrativos do setor público para planejar, alocar e controlar os recursos públicos. Seu objetivo é atender às necessidades da sociedade, promover políticas públicas e garantir a prestação de serviços públicos.

Em resumo, a principal diferença entre o orçamento empresarial (privado) e o orçamento público está relacionada à finalidade e à natureza das receitas. O orçamento empresarial visa a lucratividade e a maximização do valor para os acionistas, enquanto o orçamento público visa a alocação de recursos para a prestação de serviços públicos e o cumprimento de políticas governamentais. Além disso, o orçamento público é frequentemente mais regulamentado e rígido devido às obrigações legais e à necessidade de atender às demandas da sociedade.

Para realizarmos uma pesquisa sobre receitas e despesas referentes à agricultura, escolhemos o município de São José do Rio Pardo, uma vez que, a empresa do agronegócio que foi determinada se situa neste município. Segue a tabela com os dados encontrados no portal da transparência.

Previsões do PPA 2022 - 2025: Programas de Agricultura

Imagem 1: Programa Agricultura Municipal

METAS				
INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	
Manutenção do Departamento de Agricultura	%	0,00	0,00	
Setores Rurais	Unidades	0,00	0,00	
Praças e logradouros	%	0,00	0,00	
Feira do Produtor	%	0,00	0,00	
PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO				
INDICADORES	2022	2023	2024	2025
Manutenção do Departamento de Agricultura	100,00	200,00	300,00	400,00
Setores Rurais	1,00	2,00	3,00	4,00
Praças e logradouros	60,00	120,00	180,00	240,00
Feira do Produtor	50,00	100,00	150,00	200,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA: R\$				6.482.000,00

Fonte: Dados extraídos do site Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo.

Imagem 2: Conservação e Manutenção de Pontes e Estradas Rurais

METAS				
INDICADORES	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE RECENTE	ÍNDICE FUTURO	
Estradas Rurais	Km	0,00	0,00	
Pontes	Unidades	0,00	0,00	
PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DOS INDICADORES POR EXERCÍCIO				
INDICADORES	2022	2023	2024	2025
Estradas Rurais	380,00	760,00	1.140,00	1.520,00
Pontes	2,00	4,00	6,00	8,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA: R\$			4.252.000,00	

Fonte: Dados extraídos do site Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo.

Imagem 3: Receitas Relacionadas à Agricultura e ICMS

RECEITAS RELACIONADAS À AGRICULTURA E ICMS			
CÓDIGO DA RECEITA	DESCRIÇÃO	ORÇADO	ACUMULADO
1.7.1.1.52.00.000	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	600.000,00	189.544,76
1.7.2.1.50.00.000	COTA-PARTE DO ICMS	60.000.000,00	39.500.157,52

Fonte: Dados extraídos do site Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo.

Imagem 4: Despesa referente ao Departamento de Agricultura

DESPESA REFERENTE AO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA			
EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	ANULADO
2.246.662,58	2.137.661,26	2.067.344,64	-26.700,95

Fonte: Dados extraídos do site Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de São José do Rio Pardo.

A receita indicada na tabela é referente ao acumulado durante todo o exercício de 2023, a comparação está com o orçado no ano de 2023. É possível observar que a receita de ICMS e ITR está abaixo do previsto, lembrando que os meses de novembro e dezembro não estão contabilizados. A receita de ITR em questão é de difícil comparação entre os meses, já que a receita recebida possui certa data específica, de acordo com a receita federal: "O período para apresentação da declaração de ITR 2023 começa no dia 14 de agosto e encerra às 23h59min59s do dia 29 de setembro, horário de Brasília", logo existirão os meses certo para pagamento do mesmo, sendo assim não haverá uma coerência de valores entre os meses e o mais correto é analisar o ORÇADO com o ACUMULADO do exercício vigente.

Em relação a despesa segue a mesma lógica, uma vez que a principal fonte de despesa dentro do departamento de agricultura são obras vicinais e rurais, as quais não são

frequentes dentro do exercício, são realizadas obras esporádicas. Logo para melhor análise foram analisadas as despesas do DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, realizadas dentro do exercício, verificando o empenhado, liquidado, pago e o anulado (despesa teve anulação de dotação remanejada para outro departamento. Suplementação por anulação orçamentária).

3.5 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: LIDERANDO NA ATUALIDADE

A liderança é uma das qualidades humanas mais essenciais e impactantes em qualquer contexto, seja em organizações, comunidades ou mesmo na vida pessoal. É uma habilidade que vai além de apenas comandar; envolve inspirar, influenciar e guiar indivíduos ou grupos em direção a objetivos comuns. A liderança desempenha um papel crítico na realização de mudanças, na promoção de inovação e no desenvolvimento de relacionamentos eficazes.

Liderança é mais do que simplesmente um cargo em que se “comanda” um time, é uma competência que não necessariamente precisa ser desenvolvida e desempenhada apenas por gestores e coordenadores. Ela está disponível para todas as pessoas que tenham vontade e coragem para desenvolvê-la.

3.5.1 LIDERANDO NA ATUALIDADE

A jornada da liderança é uma busca contínua por compreender e aprimorar a si mesmo e as relações com os outros. Nosso caminho se desdobra em quatro aspectos fundamentais que são como pilares que sustentam nossa jornada:

- **Tópico 1:** A arte de influenciar pessoas
- **Tópico 2:** Líder de mim mesmo
- **Tópico 3:** Líder de outras pessoas
- **Tópico 4:** Conheça seu estilo

Tópico 1: "A arte de influenciar pessoas" enfoca as habilidades de persuasão e comunicação que são essenciais para influenciar positivamente os outros. Isso envolve a compreensão das necessidades e motivações das pessoas e o uso de técnicas eficazes para alcançar objetivos comuns. Pode ser praticada diariamente no ambiente de trabalho,

motivando um colega a dar o seu melhor em um projeto, ou mesmo encorajar alguém a expressar suas opiniões valiosas em uma reunião.

Tópico 2: "Líder de mim mesmo" trata do desenvolvimento pessoal e autogestão. Neste contexto, definir metas, gerenciar o tempo, manter a motivação e tomar decisões responsáveis são premissas para alcançar o sucesso pessoal e profissional. Uma forma eficaz de colocar em prática este tópico é tomar menos decisões baseadas nas opiniões alheias e policiar nossas ações constantemente para manter a nossa ética comportamental.

Tópico 3: "Líder de outras pessoas" explora as habilidades de liderança, incluindo a capacidade de inspirar, orientar e motivar uma equipe. Os estudantes aprendem a construir relacionamentos eficazes, tomar decisões éticas e liderar com empatia e habilidade. Para ser líder de outras pessoas, não precisamos ser gestores de área, por exemplo. Basta tomar a atitude de tomar a frente de um projeto e garantir que seus colegas se mantenham engajados durante o processo e entregar um trabalho bem feito. Outra maneira é organizar um evento e distribuir funções alinhadas com o potencial de cada voluntário.

Tópico 4: "Conheça seu estilo" refere-se à importância de reconhecer e compreender os estilos de personalidade, comunicação e liderança. Isso ajuda a nos adaptar melhor às diferentes situações e a trabalhar de forma mais eficaz com uma variedade de pessoas. Podemos, por exemplo, liderar equipes com maior ou menor nível de maturidade na execução das atividades. Nesses casos, temos 3 principais formas de liderar: estilo diretivo, estilo diretivo e participativo e estilo participativo apenas. A escolha da melhor abordagem dependerá do nosso olhar e visão sistêmica para identificar os níveis, habilidades e comportamentos do grupo liderado.

3.5.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Os estudantes foram desafiados a colocar em prática todo o conhecimento adquirido nessa unidade de estudo, sendo assim, a escolha feita por este grupo foi a elaboração de um vídeo postado no youtube.

Para conferir o resultado, você pode acessar por este link: <https://youtu.be/JhAmeIQYfss>.

4 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento do projeto, diversos dados foram levantados, em sua maioria fornecidos pelos proprietários do sítio. Com base nestas informações, foi realizada uma avaliação de investimentos e monitoramento do desempenho econômico-financeiro, levando em consideração os conceitos ensinados durante o semestre e citações de livros e artigos que podem ser encontrados neste documento.

Ademais, a partir de pesquisas sobre o mercado e cenário econômico, utilizamos os tipos de riscos, como risco de mercado, risco de crédito, risco operacional e risco de liquidez para podermos entender quais são as oportunidades e as ameaças envolvendo as atividades realizadas no sítio.

Outra ação realizada pelo grupo, foi a elaboração de um dashboard, com o intuito de exemplificar ainda melhor quais são os resultados esperados com a implementação de um projeto de investimento em energia solar no sítio.

Por fim, foi feita uma pesquisa para sabermos como está a contabilidade pública relacionada ao agronegócio na cidade que está localizado o sítio, utilizando o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Portanto, concluímos que o projeto foi muito interessante para analisar as atividades de uma empresa da área do agronegócio e suas particularidades, levantando informações sobre o mercado financeiro, investimentos e os principais riscos. Enfim, esperamos que esse trabalho ajude os proprietários do sítio Santa Rita a tomarem decisões assertivas para a manutenção das suas atividades, além de potencializar os seus lucros.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Como instalar energia solar na propriedade rural?** Disponível em:

<<https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/como-instalar-energia-solar-na-propriedade-rural/>>. Acesso em: 05 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA. **Como instalar energia solar na propriedade rural?** Disponível em:

<<https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/como-instalar-energia-solar-na-propriedade-rural/>>. Acesso em: 05 out. 2023.

BATISTA, Soraia. **Os benefícios da cebola para a saúde.** Disponível em:

<<https://www.sodexobeneficios.com.br/qualidade-de-vida/noticias/sodexo-club/os-beneficios-da-cebola-para-a-saude.htm#:~:text=A%20cebola%20%C3%A9%20conhecida%20como,%2C%20s%C3%B3dio%2C%20magn%C3%A9sio%20e%20sel%C3%AAnio>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BEZERRA, Juliana. **O que é Agronegócio?** Disponível em:

<<https://www.todamateria.com.br/o-que-e-agronegocio/>>. Acesso em: 01 set. 2023.

CEPEA ESALQ/USP - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio Brasileiro.** Disponível em:

<<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 26 set. 2023.

COLAFERRO, José Renato. **Como instalar energia solar na propriedade rural?**

Disponível em:

<<https://summitagro.estadao.com.br/noticias-do-campo/como-instalar-energia-solar-na-propriedade-rural/>>. Acesso em: 05 out. 2023.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Cpc 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola.** Disponível em:

<<https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 06 set. 2023.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 out. 2023.

DI PIETRO. **Os Princípios da Administração Pública**. Disponível em:
<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-principios-da-administracao-publica/195654666>>.
2010, p. 63. Acesso em 05 out. 2023

DI PIETRO. **Os Princípios da Administração Pública**. Disponível em:
<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-principios-da-administracao-publica/195654666>>.
2010, p. 67. Acesso em 05 out. 2023.

DI PIETRO. **Os Princípios da Administração Pública**. Disponível em:
<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-principios-da-administracao-publica/195654666>>.
2010, p. 78. Acesso em 05 out. 2023.

IBGE. **A importância da cultura da cebola para o agronegócio brasileiro**. Disponível em:
<<https://nordeste rural.com.br/a-importancia-da-cultura-da-cebola-para-o-agronegocio-brasil-eiro/>>. Acesso em 15 ago. 2023.

LAQUS. **Gestão de risco: o que é e como aplicar nos investimentos?** Disponível em:
<<https://www.laqus.com.br/gestao-de-risco-o-que-e-como-aplicar/#:~:text=A%20gest%C3%A3o%20de%20riscos%20%C3%A9,que%20os%20riscos%20podem%20ocorrer.>>.
Acesso em: 01 set. 2023.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Os Princípios da Administração Pública**. Disponível em:
<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-principios-da-administracao-publica/195654666>>.
2010, p. 95-96. Acesso em 05 out. 2023.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Os Princípios da Administração Pública**. Disponível em:
<<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/os-principios-da-administracao-publica/195654666>>.
2010, p. 98. Acesso em 05 out. 2023.

MENEZES, Isadora. **Agro energia: programa quer produtores auto suficientes em produção energética**. Disponível em:
<<https://blog.sensix.ag/agro-energia-programa-quer-produtores-auto-suficientes-em-producao-energetica/>> . Acesso em: 12 out. 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Portaria STN nº751, de 16 de dezembro de 2009, 2ª edição. Disponível em:
<https://www.cnm.org.br/cms/images/stories/comunicacao_novo/contabilidade/MCASP_9%C3%82%C2%AA_edi%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

MIRA, Eduardo. **Gestão de risco nos investimentos é tão importante como a rentabilidade.** Forbes. Disponível em: <<https://forbes.com.br/colunas/2023/09/eduardo-mira-gestao-de-risco-nos-investimentos-tao-importante-quanto-a-rentabilidade/>>. Acesso em: 01 set. 2023.

MOSMANN, Gabriela. **Perda financeira: saiba como contabilizar e como superar este problema.** Disponível em: <<https://www.sun0.com.br/artigos/perda-financeira/>>. Acesso em: 01 set. 2023.

NORDESTE, Rural. **A importância da cultura da cebola para o agronegócio brasileiro.** Disponível em: <<https://nordesterural.com.br/a-importancia-da-cultura-da-cebola-para-o-agronegocio-brasileiro/>>. Acesso em 15 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PARDO. **Transparência Pública.** Disponível em: <<https://saojosedoriopardo.sp.gov.br/portal-da-transparencia-home/>>. Acesso em: 25 out. 2023.

SENADO FEDERAL. **Projeções.** Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/ifi/dados/arquivos/projecoes-ifi>>. Acesso em: 10 out.2023.

TOTVS, Equipe. **Contabilidade rural: o que é, importância e objetivos e benefícios.** Disponível em: <<https://www.totvs.com/blog/gestao-agricola/contabilidade-rural/>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

UNIVERSIDADES, Santander. **Risco Financeiro: conheça os principais tipos e saiba como enfrentá-los.** Disponível em: <https://www.becas-santander.com/pt_br/blog/risco-financeiro.htm>. Acesso em: 01 set. 2023.

VEIGA, Cátia Maria Fraguas. **Contabilidade Pública.** Disponível em: <<https://www.uniasselvi.com.br/extranet/layout/request/trilha/materiais/livro/livro.php?codigo=9012/>>. 1ª Ed. Indaial : Uniasselvi, 2011. Acesso em: 25 set. 2023.

VILELA, Nirlene Junqueira. **Embrapa Hortaliças - Importância Econômica.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/hortaliças/cebola/importancia-economica>>. Acesso em: 15 ago. 2023.

ANEXOS

Anexo 1 - Vídeo - Liderando na Atualidade.

<https://youtu.be/JhAmeIQYfss>